



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO ENTRONCAMENTO
REALIZADA EM 22-DEZEMBRO-2025**

ATA N.º 3

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Sérgio André de Matos Belejo**, secretariado pelas senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Isabel Carloto de Castro Ruivo** primeira e segunda-secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido CHEGA**, os(as) senhores(as): -----
João Ricardo Dias Figueiredo, Carla Sofia Lopes Sarroeira, Francisco José Ferreira Bento, Maria José Batista Gouveia Ferreira, Bernardo Eiró Gomes Delgado da Silva, Cátia Patrícia Oliveira Feijão, Cristina da Conceição Estevinha Marques, Tiago Miguel Mendes Sampaio e Inês Margarida Agostinho Rodrigues. -----

----- **Em representação da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP)**, os(as) senhores(as): -----

Susana Paula Matos Vieira da Cruz, Dominique Gaspar Ventura, Andreia Correia Pereira Dias, Samuel António Santos Carvalho e João Pedro Alves de Matos. -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os(as) senhores(as): -----
Ricardo Alexandre Amaro da Cunha, Emílio Alexandre Gomes Sobreira, Ezequiel Soares Estrada e Daniela Alexandra Antunes Maia Gonçalves Saboga. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor, Luís Filipe Nóbrega Ferreira Moita. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor, Rui Vítor Pires Bragança. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o senhor Presidente Nelson José Estrela Lopes Cunha, o Vice-Presidente Hélder Jorge Justino Gama, e os Vereadores, senhores(as), Maria Alexandra Ramos Figueira, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Maria João Gil dos Santos Grácio, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Ricardo José Pires Antunes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte horas e quarenta e sete minutos, começando por cumprimentar todos os Membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os Presidentes de Junta, o público presente e todos os que nos acompanham através da transmissão online, bem como a comunicação social. -----

----- Cumprimento e agradeço aos funcionários do Município que nesta hora, estão a trabalhar para que a sessão possa decorrer. -----

----- Antes de entrarmos nos nossos trabalhos, iremos proceder a algumas substituições: -----

----- O eleito Hugo Pereira, do Partido CHEGA, vai ser substituído por Tiago Sampaio; a eleita Elsa Alcobaça, do Partido CHEGA, por se encontrar doente e à qual endereçamos as melhoras, vai ser substituída por Maria José Borges, que vai tomar posse e efetuar juramento, dado que é a primeira Sessão em que participa; o eleito Márcio Costa, do Partido CHEGA, vai ser substituído por Cátia Feijão, que nesta Sessão também vai tomar posse e efetuar Juramento. E ainda o eleito do Partido Socialista, Pedro Gomes, vai ser substituído por Emílio Sobreira, que também irá tomar posse e efetuar juramento. -----

----- Por fim, informar que o Senhor Vereador Mário Balsa, justificou a sua falta e é substituído pela Senhora Maria Fernanda Alves. Bem-vinda. -----

----- Neste sentido, passo a palavra à Senhora 1.^a Secretária, Dr.^a Lúcia Abelha, que vai indicar a posse dos elementos. -----

----- Fez uso da palavra a **Primeira Secretária**: Muito boa noite a todos. Saúdo todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento; todo o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e passo de seguida à leitura dos Termos de Instalação dos novos membros, em substituição, que irão prestar juramento e assinar os respetivos Termos de Instalação. -----

----- **Maria José Batista Gouveia Ferreira Borges**, substituiu a Eleita Elsa Filipa Batista Alcobaça, do Partido CHEGA, que comunicou ausência por período inferior a trinta dias e solicitou substituição. -----

----- **Emílio Alexandre Gomes Sobreira**, substituiu o Eleito Pedro Miguel Calado Gomes, do Partido Socialista, que comunicou ausência por período inferior a trinta dias e solicitou substituição. -----

----- Por impedimento de última hora, do Eleito Márcio Filipe Albuquerque Costa e por incumbência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, chamo a tomar posse a Senhora **Cátia Patrícia Oliveira Feijão**, com o cartão de cidadão n.º 13035752, válido até 15.05.2031, residente na Rua Porfírio Rodrigues, n.º 4 1.º Frente, no Entroncamento. -----

----- **Flávia Patrícia Pereira Martins**, substituiu o Membro Samuel António Santos Carvalho, da Coligação “Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), por ausência inferior a 30 dias. -----

----- **Tiago Miguel Mendes Sampaio**, substituiu o Membro Márcio Filipe Albuquerque Costa, do Partido CHEGA. por ausência inferior a 30 dias. -----

----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Muito obrigado. Informo que o expediente recebido foi reencaminhado a todos os Membros da Assembleia Municipal e vamos assim entrar no período de antes da Ordem do Dia, começando pela análise e votação das atas. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ATA N.º 1 – Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 24 de outubro de 2025 -----

----- Não havendo objeções nem pedidos de intervenção relativos à ata n.º 1, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 1 -----

----- A Ata n.º 1, da 1.ª Sessão da Assembleia Municipal do Entroncamento – Constituição da Mesa – Quadriénio de 2025 a 2029, realizada em 24 de outubro de 2025, foi **aprovada por unanimidade**, por todos os presentes na referida sessão. -----

----- Passou-se de seguida à Ata n.º 2. -----

ATA N.º 2 – Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de novembro de 2025 -----

----- Não havendo objeções nem pedidos de intervenção relativos à ata n.º 2, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 2 -----

----- A Ata n.º 2, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento, realizada em 29 de novembro de 2025, foi **aprovada por unanimidade**, por todos os presentes na referida sessão. -----

----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Em termos de expediente diverso, foi-nos remetida uma Nota de Pesar, proposta pela bancada da Coligação Viva o Entroncamento, PPD/PSD.CDS-PP, pelo falecimento da Senhora Professora Ana Mafalda Alves. -----

----- Foi dada a palavra ao Eleito **Samuel Carvalho**: Boa noite Sr. Presidente, senhores deputados. Irei passar à leitura da nota de pesar pelo falecimento da professora Ana Mafalda Alves. -----

«-- NOTA DE PESAR / FALECIMENTO DA PROFESSORA ANA MAFALDA ALVES --
É com profunda consternação e tristeza que o Bancada do Partido Social Democrata (PSD) à Assembleia Municipal do Entroncamento, manifesta o seu mais sentido pesar pelo falecimento da professora Ana Mafalda Alves, ocorrido de forma súbita enquanto exercia a nobre missão de ensinar. -----

A sua partida inesperada abalou profundamente toda a comunidade educativa e a cidade do Entroncamento, deixando um sentimento de choque, dor e incredulidade entre alunos, colegas, famílias e todos quantos com ela privaram. A professora Ana Mafalda Alves partiu em pleno exercício da sua vocação, num gesto que simboliza, de forma marcante, a dedicação, o compromisso e o amor à educação que sempre pautaram a sua vida profissional. -----

Neste momento de luto, prestamos homenagem à sua entrega à escola e ao contributo inestimável que deixou na formação de gerações de alunos. A sua memória permanecerá viva na comunidade escolar e em todos aqueles que tiveram o privilégio de a conhecer. -----

À família enlutada, aos amigos, colegas e a toda a comunidade educativa do Entroncamento, endereçamos as nossas mais sinceras condolências, associando-nos à dor coletiva sentida por todos. -----

Que o seu exemplo continue a inspirar-nos e que o seu legado seja honrado com respeito, gratidão e memória. -----

A Bancada do Partido Social Democrata (PSD) à Assembleia Municipal do Entroncamento, propõe que esta Assembleia delibere: -----

----- *Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Ana Mafalda Alves.» -----*

----- Pediu a palavra o Eleito **João Figueiredo**: Cumprimento toda a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, todos os Vereadores e Membros da Assembleia Municipal presentes e a quem nos assiste lá em casa. -----

----- A Bancada do Partido CHEGA tem também um voto de pesar a apresentar, pelo que vou passar à sua leitura: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

«A Bancada do Partido CHEGA vem manifestar nesta Assembleia o seu profundo pesar pelo falecimento da Professora Ana Mafalda Alves. -----

A notícia do falecimento inesperado, aos cinquenta anos e em pleno exercício das suas funções no Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, deixou-nos consternados. ----

É um momento doloroso para a nossa comunidade ver partir tão cedo, alguém que dedicava a sua vida a ensinar os nossos jovens. -----

Queremos expressar as nossas mais sentidas condolências à família, aos amigos e a toda a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento. -----

Nestes termos, a bancada do Partido CHEGA propõe à Assembleia Municipal que delibere: -

- Aprovar o presente voto de pesar, manifestar as mais sentidas condolências à família enlutada e um minuto de silêncio em sua memória.» -----

----- Pediu a palavra o Eleito **Ricardo Cunha**: Boa noite Sr. Presidente e deputados presentes. A bancada do PS também subscreve as duas notas de pesar apresentadas pelo PSD e pelo Partido CHEGA. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, enviou as mais sentidas condolências à família e propôs então que fosse efetuado um minuto de silêncio em honra da Senhora Professora Ana Mafalda Alves. -----

----- Entrou-se de seguida no Período dos assuntos não incluídos na Ordem do Dia. -----

----- Pediu a palavra a Eleita **Susana Vieira da Cruz**: Cumprimento a Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, bem como os demais presentes, comunicação social e a todo o público que nos assiste online. -----

----- Vou apresentar um requerimento com um pedido de informação dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia, informação esta que se destina à Câmara Municipal. -----

----- Vou fazê-lo aqui de forma sumária e apresentar o documento por escrito: -----

«REQUERIMENTO -----

***Assunto:** Pedido de envio de elementos, informações e publicação oficial do despacho de arquivamento do Ministério Público relativo ao processo de inquérito do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner -----*

***Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento,** -----*

*Susana Vieira da Cruz, Deputada Municipal e Porta-Voz da Bancada do PSD à Assembleia Municipal do Entroncamento, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo **artigo 1.º, artigo 20.º, n.º 1, alíneas c) e e), artigos 25.º e 26.º, n.º 2, al. d) e j)** do Regimento da Assembleia Municipal, bem como nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vem, muito respeitosamente, expor e requerer o seguinte: -----*

***I – Enquadramento e fundamento do pedido** -----*

- 1. O futuro do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner Andersen voltou a ser objeto de discussão pública e política na reunião da Câmara Municipal do Entroncamento de 2*

- e 16 de dezembro do corrente ano, na sequência de novos desenvolvimentos que reabriram o debate quanto à decisão de demolição do edifício. -----
2. Nessa reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nelson Cunha, informou ter visitado recentemente o local acompanhado por um funcionário municipal, confirmando a existência de duas sapatas, cuja alegada inexistência havia anteriormente fundamentado a decisão de demolição do edifício, descrevendo tal facto como um verdadeiro “tesouro encontrado” e reconhecendo que esta descoberta altera substancialmente a perceção sobre a necessidade de demolir o equipamento. -----
 3. A Técnica Municipal de Urbanismo, Eng.^a Sandra Santos, confirmou igualmente, após visita ao edifício, que o mesmo **não necessita de ser demolido**, afirmando que, apesar da existência de fissuras e da necessidade de reforço pontual da estrutura, o edifício é recuperável, referindo expressamente que “a escola parece-me ainda com boas condições no geral”. -----
 4. Estes factos assumem especial relevância atendendo a que: -----
 - A decisão de demolição foi tomada sem um estudo técnico e cientificamente fundamentado que sustentasse de forma inequívoca tal opção; -----
 - Se confirmam lacunas graves em relatórios técnicos. -----
Nestas lacunas assume especial relevância a omissão de registos fotográficos completos das várias fases da obra. Desconhece-se e é preciso saber se as fotografias, tiradas por técnicos municipais que comprovavam a existência das referidas sapatas, foram juntas aos processos de análise, ou se, intencionalmente ou não, foram omitidas; -----
 - existe um Parecer/Informação do técnico superior do município constante o MGD 2329/22, que contraria conclusões do LNEC e cujo acesso foi recusado à Vereação do PSD com fundamento em alegada confidencialidade. -----
 - o relatório do LNEC levanta sérias dúvidas quanto ao suporte factual que lhe serve de base; -----
 - interessa também perceber porque foi recusada a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD para a criação de uma comissão técnica interna que acompanhasse a abertura e análise dos poços executados pela GEOTEST; -----
 - foi informado, em reunião de câmara de 22 de fevereiro de 2022, que se encontrava em curso um processo de averiguações internas; -----
 - correu um processo de inquérito no DIAP do Entroncamento, no qual foram constituídos arguidos técnicos municipais, tendo sido juntos aos autos todos os elementos da documentação da obra, incluindo prova documental de comunicações escritas (email) remetidas ao então presidente da Câmara; -----
 - Sobre esse processo judicial recaiu um despacho de arquivamento por parte do Ministério Público, cujos fundamentos relevam para esta apreciação. -----
 5. Atenta à relevância pública do assunto, a necessidade de transparência, o dever de fiscalização política da Assembleia Municipal e o direito dos munícipes ao esclarecimento completo e rigoroso, considera-se imprescindível o acesso a toda a informação relevante, incluindo a divulgação oficial do despacho de arquivamento do Ministério Público. -----

II – Do interesse público e do exercício do mandato -----

-
6. Nos termos do artigo 1.º do Regimento, os membros da Assembleia Municipal representam os munícipes e devem salvaguardar os interesses do Município. -----
 7. O **artigo 20º número 1, alíneas c) e e)** consagra expressamente o direito dos Deputados Municipais a formular perguntas, bem como a requerer elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato. -----
 8. Acresce que compete à Assembleia Municipal, nos termos dos **artigos 25º e 26º**, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, bem como solicitar e receber informação sobre assuntos de interesse municipal. -----

III – Do requerido -----

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais e legais supra referidas, requer-se que a Câmara Municipal do Entroncamento, no prazo legal: -----

1. **Remeta aos membros da Assembleia Municipal** a decisão final do(s) processo(s) de averiguações e/ou procedimento(s) disciplinar(es) que tenham sido instaurados pelo Município no âmbito do “dossier Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner Andersen”; -----
2. **Remete aos membros da Assembleia Municipal o despacho de arquivamento do Ministério Público** relativo ao processo de inquérito que ocorreu no Departamento de Investigação e Ação Penal do Entroncamento referente à eventual prática de crime no decurso da obra do jardim de infância e **promova a sua publicação oficial**, por se tratar de matéria útil para o exercício do mandato, essencial para a descoberta da verdade, para o esclarecimento da população e de manifesto interesse público. -----
3. **Informe os membros da Assembleia Municipal**, se o executivo dispõe de um estudo de custo/benefício comparativo entre a demolição e a reabilitação do edifício, incluindo prazos previstos para a conclusão da obra em ambas as hipóteses. -----
4. **Remeta aos membros da Assembleia Municipal** as condições contratuais do processo de financiamento previsto para a demolição e construção de um novo edifício, bem como o estudo financeiro do impacto nas contas públicas municipais, caso o executivo venha a recuar na decisão demolir e opte pela reabilitação do edifício existente. -----
5. **Se abstenha de efetuar qualquer diligência para demolição/nova construção enquanto o processo não seja de novo analisado nesta Assembleia**, o que só pode ocorrer depois da mesma ser dotada de todos os elementos de informação/esclarecimentos solicitados. -----
6. **Porque está em causa dinheiro público e a credibilidade das instituições democráticas, não é aceitável que esta matéria seja tratada com ligeireza ou silêncio: A Assembleia Municipal tem o dever de exigir esclarecimentos completos e informar a população com verdade, sob pena de a omissão comprometer a confiança dos cidadãos e alimentar discursos populistas que prosperam precisamente quando as instituições falham. Pede deferimento.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nelson Cunha**: Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia. Antes de mais, cumprimentá-lo a si e em seu nome, toda a mesa, senhores vereadores e a todos os senhores deputados aqui presentes e a quem nos segue lá de casa. -----

----- Senhora deputada Susana, claro que iremos partilhar todas as informações que acabou de mencionar, todos os pontos. Porque, até por uma questão de transparência neste processo que

já vem a ser longo, e que é da nossa pretensão, obviamente, também resolver, iremos, obviamente, responder, de forma formal, ao pedido do Partido Social-Democrata e, da nossa parte, dizer que também queremos fazer um requerimento, portanto, uma auditoria para esta empreitada, para apurar responsáveis, porque também é da nossa inteira atenção e responsabilidade que assim o façamos. -----

----- Também queremos apurar responsáveis neste sentido, desta empreitada. -----

----- A nossa decisão depois, entretanto, é uma decisão que não consta neste pedido. -----
Este pedido é mais para fazer uma averiguação dos factos e do processo em si e apurar responsabilidades. Nós também queremos isso e, portanto, iremos partilhar de bom grado com o Partido Social-Democrata todas as informações adjacentes a esta empreitada. E vemos isso também, obviamente, esta transparência e partilha, com muitos bons olhos. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e questionou se mais alguém pretendia intervir. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. Entrando de imediato no período destinado à intervenção do público, com duração máxima de 30 minutos distribuídos pelos inscritos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não havendo nenhuma inscrição para intervenção neste período, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período da ordem do dia, conforme consta do edital. -----

----- **ORDEM DOS TRABALHOS / ORDEM DO DIA** -----

PONTO NÚMERO UM -----

“**APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**, ao abrigo Da al.^a c) do n.º 2 do art.º 25.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Atendendo a que ninguém pretendeu intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara informou**: dizer que relativamente ao que foi relatado, é um relatório bastante extenso, cerca de 132 páginas, dizer que a situação financeira prevê-se que a taxa de execução da receita corrente deverá atingir os 100% de execução e no global a receita corrente mais capital que ficará dentro dos 95. -----

----- Em termos de liquidez, temos uma situação de momento robusta que permite avançar com alguns dos projetos, alguns dos quais apresentados pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Socialista, como por exemplo a Polícia Municipal, Videovigilância, entre outros. E apesar disto, temos também de ter alguma cautela, obviamente, porque temos algumas obras com financiamento comunitário que podem vir a ter penalizações por incumprimento de prazos, mas estamos a fazer todos os esforços para que isso, obviamente, não aconteça. -----

----- Em termos de prazos de pagamento a fornecedores, esperamos que até ao final do ano seja liquidada a dívida a fornecedores, faturada até ao final de novembro e também dizer que temos um prazo médio de pagamentos na ordem dos 30 dias, que é bom de realçar. Não temos pagamentos em atraso, relativamente aos pagamentos com antiguidade superior a 90 dias. ----

----- Portanto, era isto que eu gostaria de realçar do que foi reportado de modo muito resumido. Obrigado-----

----- Continuou o **Senhor Presidente da Assembleia**: Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Dou assim por encerrado a análise deste ponto um da Ordem do Dia. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, entrou de seguida no ponto dois da ordem do dia.

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2025, A LIQUIDAR EM 2026”, ao abrigo da al.^a d) do n.º 1 do art.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade manter a taxa de IMI de 0,3% e manter a redução de 140 € da taxa de IMI para as famílias numerosas, com três ou mais dependentes. -----

----- Questiono assim se algum dos deputados pretende intervir. -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso este pretenda efetuar algum esclarecimento. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, efetuou o seguinte esclarecimento: Relativamente a este ponto, e como já foi referido na última reunião do Executivo, este ponto diz respeito à fixação da taxa de IMI nos mínimos legais, que pretendemos manter.

----- Isto implica um esforço significativo para a sustentabilidade orçamental e daí estarmos a propor a dedução fixa prevista no artigo 112 do CMI para agregados familiares com três ou mais dependentes, também uma medida bastante benéfica. Só para mencionar este ponto. Obrigado. -----

----- Colocou-se de imediato o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove voto do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IRS – ao abrigo da al.^a c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A Câmara aprovou por unanimidade manter a taxa de 5% de participação no IRS. Sobre este ponto, questiono se algum deputado pretende intervir. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso este pretendesse prestar algum esclarecimento. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: Muito obrigado, de modo muito sintético, fixámos, portanto, o valor em causa os 5% máximo. Estamos a reter a totalidade da margem disponível, que de outra forma poderia ser devolvido aos contribuintes sobre a forma de retenção do IRS e na prática isto aplica-se a quem tem rendimento tributável suficiente para o mesmo. Portanto, quem paga muito IRS é naturalmente quem mais contribui para esta receita municipal, ou seja, os principais afetados são os contribuintes com imposto a pagar, tipicamente rendimentos médios e altos e os não afetados, contribuintes sem coleta, ou que recebem reembolso, são rendimentos baixos, são situações com muitas deduções. Muito obrigado. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto três da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA - cobrança em 2026, relativa ao período de 2025, ao abrigo da al.^a d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: A Câmara aprovou por unanimidade manter a taxa da derrama em 1,5%. Alguém pretende intervir sobre a matéria deste ponto? -----

----- Atendendo a que ninguém se quis manifestar sobre a matéria em debate, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que fez a seguinte intervenção: Neste ponto, é igualmente importante salientar que o município dispõe também de um Regulamento de apoio ao investimento e criação de emprego, através do qual é possível conceder reduções ou isenções da taxa mencionada às empresas que criem postos de trabalho, garantindo que a taxa geral não prejudica a competitividade económica local. Portanto, era só para mencionar este ponto importante. Muito obrigado. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, ao abrigo da al.^a b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e al.^a n) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro” -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A Câmara aprovou este ponto por unanimidade – manter o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento para o ano de dois mil e vinte e seis. -----

----- Alguém pretende intervir sobre este ponto? -----

----- Atendendo a que ninguém se quis manifestar sobre a matéria em debate, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que manifestou nada ter a esclarecer sobre esta matéria. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO: -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o

Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número seis da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GOP 2026-2030 E MAPA DE PESSOAL 2026, ao abrigo do art.º 25.º e al.ª c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou vontade de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS: -----

----- O ponto número seis da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **onze votos a favor**, sendo nove votos do Partido CHEGA e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista e, **doze abstenções**, sendo sete da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP) e cinco do Partido Socialista. --

----- Pede a palavra o Eleito **Dominique Ventura**: Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente ao Orçamento de 2026 a 2030, a bancada dos eleitos do PSD e do CDS não se revê em muitos dos pontos propostos no Orçamento Municipal para o ano de 2026, onde podemos destacamos, com profunda preocupação, a ausência de vários instrumentos de planeamento estratégico essenciais e decisivos para o desenvolvimento do concelho, como por exemplo, a Carta Municipal de Habitação, o Projeto Educativo Municipal e a inexistência de uma Carta Educativa. -----

Consideramos as propostas de demolição e construção de uma nova escola do Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner Anderson um desperdício de dinheiros públicos, dada a existência de novos dados técnicos e provas documentais, até então ocultadas ou não anteriormente divulgadas, sobre a estabilidade da escola, devendo por isso dar-se prioridade ao estudo custo/benefício, aconselhado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para apurar as ações subsequentes. -----

A presença de projetos sem execução garantida, onde estudos prévios para a zona industrial, parque logístico e Largo das Comunidades, não têm um horizonte temporal definido ou garantias de execução. -----

A ausência de estudos para a caracterização da população imigrante no concelho do Entroncamento, através de dados demográficos, como origem, idade, sexo, distribuição geográfica e socioeconómicos, incluindo o acesso ao trabalho, habitação, educação e cultura, não havendo qualquer rubrica para caracterizar a população estrangeira — quantos são, porque vêm e o que procuram — apesar do aumento de fluxos migratórios que utilizam os serviços de saúde e educação do concelho. Aspeto que consideramos fundamental para o planeamento do futuro do Município, sendo essencial para políticas de integração e para compreender as dinâmicas migratórias, nem que seja para podermos oferecer o nosso melhor a quem nos procura por razões válidas. -----

Neste sentido, e tendo em conta a necessidade de não bloquear a governabilidade, nem a responsabilidade que uma grande parte da população do Entroncamento depositou no

*Partido CHEGA, nas recentes eleições autárquicas, o sentido de voto da bancada do PSD e do CDS é o da **abstenção**.*» -----

----- Pede a palavra a Eleita **Andreia Dias**, para apresentar a seguinte declaração de voto: ----
Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados e a quem nos vê lá em casa. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

«A bancada do CDS-PP vem juntar-se à declaração de voto apresentada pela bancada dos eleitos do Partido Social Democrata, pelo facto de também não se rever em determinados pontos propostos no Orçamento Municipal para o ano de 2026. -----

Com igual preocupação, destacamos a falta de instrumentos de planeamento estratégico fundamentais e decisivos para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente, no que concerne à Carta Municipal de Habitação, ao Projeto Educativo Municipal e à inexistência de uma Carta Educativa. -----

Consideramos ainda que, face à existência de novos dados técnicos e provas documentais sobre a estabilidade estrutural do Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner Anderson, não divulgados anteriormente, a proposta de demolição e a construção de uma nova escola poderá representar não somente um desperdício de verbas públicas, mas também um aumento significativo dos prazos para aquisição das mesmas. -----

Como tal, defendemos e salientamos a importância de se priorizar um estudo de custo-benefício, aconselhado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para apurar a viabilidade das ações seguintes. -----

A existência de projetos sem execução garantida, onde estudos prévios não têm um horizonte temporal definido ou garantia de execução. A inexistência de estudos para a caracterização da população imigrante no concelho do Entroncamento, que, pelo aumento do fluxo migratório, utilizam os mais diversos serviços do Concelho, nos quais destacamos a saúde e a educação. -----

Como tal, consideramos que a natureza destes estudos se torna essencial para a adoção de políticas de integração responsáveis e estruturadas, para compreender as dinâmicas migratórias e, sobretudo, para planear de forma coerente e coesa o futuro do município e de todos os nossos municípios. -----

*Não obstante, e tendo em conta a necessidade de não bloquear a governabilidade, nem a responsabilidade que uma grande maioria da população do Entroncamento depositou no Partido CHEGA, nas recentes eleições autárquicas, o sentido de voto da bancada do CDS-PP é o da **abstenção**.*» -----

----- Pede a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, para prestar a seguinte informação: ---
----- Senhores Deputados, agradeço as vossas exposições e gostaria de responder aos argumentos apresentados relativamente ao ponto seis da ordem de trabalhos, referente ao Orçamento. -----

----- Em primeiro lugar, importa referir que, para primeiro orçamento deste Executivo, temos que honrar os compromissos já assumidos. Isto é extremamente importante e temos presente um grande peso do orçamento, como por exemplo, os 18 blocos de habitação, a reabilitação Humberto Delgado, Nova Centralidade, Quinta de Santo António e, obviamente, também como mencionado, Sophia de Mello Breyner. -----

----- Em segundo lugar, a cidade urge de manutenção e investimento em todas as matérias,

como por exemplo, limpeza urbana, vigilância, fachadas daquilo que é o património municipal, estruturas desportivas e escolares. -----

----- Em terceiro lugar, já a olhar para o futuro (temos de olhar para uma perspetiva de quatro anos), para nos começarmos a direccionar para o futuro, temos rúbricas criadas que vão de encontro a todos os pontos que foram mencionados por ambas as bancadas. Para aquisição de estudos e projetos e outras para fins de financiamentos comunitários. Ou seja, isto é estratégia para o futuro. Passo a mencionar: página nove, temos o PDM, que já foi aprovado recentemente, e que pode ser feito internamente com os nossos serviços, se for necessário ser feita alguma alteração; -----

----- Estratégia de Saúde, temos a rúbrica criada de consultadoria, estudos e projetos. Ou seja, para estes mencionados, como por exemplo para a Carta Económica Municipal, para a Carta Municipal de Habitação, temos a rúbrica aberta; Relativamente à Carta Municipal de Habitação, vai ser dotada devidamente em fevereiro. Ou seja, estes três pontos mencionados naquilo que visa a visão estratégica, em dois meses de Executivo, ainda estamos a reunir orçamentos para esses mesmos estudos. Daí termos criado uma rúbrica geral, onde estes três pontos podem ser incluídos e que podem depois ser dotados, em fevereiro. Lá está, visão estratégica e a rúbrica é consultoria e estudo de projeto; -----

----- Temos o estudo de tráfego, a rúbrica criada com quinze mil euros na página nove, temos a Carta Educativa que tem uma rúbrica criada com dezoito mil euros e, obviamente, o projeto educativo municipal só pode ser feito após a Carta Educativa ser feita. -----

----- Portanto, dizer que este primeiro orçamento já pressupõe uma visão estratégica, estudos de viabilidade, para o que pretendemos conquistar nos próximos quatro anos. E as dotações serão feitas em fevereiro, como já mencionei, com orçamentos aprovados para cada um dos pontos mencionados. -----

----- Dizer também, que analisámos as propostas do Partido Socialista e as propostas do Partido Social Democrata. -----

----- Do Partido Socialista, incluímos as seguintes propostas: Revisão da Carta Educativa na página três, com dezoito mil euros, como parte do AMR (atividades mais relevantes); -----

----- Festival Jovem de Verão e concurso de bandas na página nove, como parte do AMR, com uma dotação de dez mil euros; -----

----- Criação da Polícia Municipal (que ambos os partidos mencionaram interesse e, obviamente, também o Partido CHEGA), com uma dotação de cento e oitenta e quatro mil euros para a reabilitação. E, na página três também, a implementação dos Guarda Noturnos, com uma rúbrica aberta nos dez mil euros. E neste ponto teremos de rever a regulamentação. -

----- Reforço de iluminação pública com sistema de telegestão, está na página seis, como parte do PPI, de investimentos plurianuais; -----

----- Implementação do sistema de videovigilância na página dois; reabilitação de zonas fragilizadas, Largo das Comunidades, Largo 24 de novembro, na página oito;

----- Criação do provedor digital, chat interativo, website e app para resposta à questão dos municípios, está na página um; -----

----- Aprofundamento dos serviços disponíveis na AP do Município do Entroncamento com aumento do número de funcionalidades, na página um; -----

----- Incentivos à atração dos profissionais de saúde (que já começámos a trabalhar e apresentámos o regulamento que foi aprovado por unanimidade no Executivo), está na página quatro; -----

----- Apoio aos idosos através de sistemas de teleassistência, na página quatro. -----

----- Isto são tudo pontos solicitados pelo Partido Socialista e que fazem parte deste orçamento apresentado. -----

----- Desenvolvimento da rede de ciclovias e criação de estacionamento na cidade, página nove; -----

----- Modernização da praça de táxis, página oito; revisão do PMU, melhoria da sinalização urbana e mitigação de velocidades excessivas; -----

----- Criação de zonas de estacionamento temporário para veículos pesados; requalificação da antiga N3 da Rua Foros da Lameira; arranjo paisagístico das entradas da cidade; -----

----- Revisão do contrato de programa para a recolha de resíduos; reforço da limpeza urbana, incluída a aquisição de equipamentos, reforço de equipas e aquisição de máquina para asfaltamentos; -----

----- Criação e funcionamento de sanitários públicos; controlo de pragas e programas de esterilização e bem-estar animal. -----

----- Propostas do PSD incluídas neste mesmo orçamento: Relativamente à segurança, temos implementação do sistema de videovigilância, dos guarda noturnos, da criação da polícia municipal; -----

----- No que diz respeito ao tráfego, instalação de sensores e radares para controle da velocidades, reforço e modernização de iluminação pública. -----

----- Na parte da cultura, casa da cultura das artes e dos ofícios; centro cultural, reabilitação do mesmo; -----

----- Revisão da Carta Educativa, como já mencionei, com a rubrica criada; modernização do parque escolar, incluindo adequação dos equipamentos da AVAC e dotação dos Jardins de Infância com equipamentos modernos. -----

----- No que diz respeito ao desporto, substituição dos pisos sintéticos; substituição do piso relvado; intervenções nas bancadas, nomeadamente na fachada; parques infantis, requalificação e adaptação; pavilhão municipal, resolução de infiltrações. -----

----- No que diz respeito à habitação, temos a elaboração da carta municipal já estipulada; conclusão da primeira fase da habitação social, requalificação dos apartamentos e dos edifícios públicos da Rua Dom Afonso Henriques. -----

----- No que diz respeito a eventos e dinamização cultural, temos o “TEDxEntroncamento”; temos o festival de cinema jovem Entroncamento. -----

----- No que diz respeito à economia local, temos a revitalização da Zona Industrial, entrada, sinalética, passeios e outros; temos o programa “Viver o Comércio” e vales de compras, também apresentado. -----

----- Da parte da mobilidade, temos entradas do concelho para melhoria, com equipamentos modernos e inovadores. -----

----- Gostaria também de salientar que, neste ponto, reuni-me com o Senhor Presidente de Vila Nova da Barquinha, onde é uma problemática comum, aos entroncamentenses e aos barquinhenses, e conseguimos, portanto, identificar os proprietários dos imóveis sitos na Rotunda da saída do Entroncamento e, também dizer que a Câmara da Barquinha já vai tomar

diligências para que possamos ter uma saída, ou uma entrada (dependendo dos sentidos), com melhor aparência para dar outra imagem à cidade. -----

----- Requalificação da Rua da Barroca, da Rua da Cascalheira à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro; Requalificação da Rua dos Foros da Lameira, esgotos domésticos e pluviais e elaboração do estudo de tráfego. Que tem sido muito falado também nas reuniões. -----

----- Relativamente ao ambiente e espaços verdes, temos implementação de um sistema eficaz de limpeza e recolha de resíduos sólidos, onde se inclui a rescisão plausível do contrato com a RSTJ, identificação de alternativas para a prestação do serviço. Reforço consistente e limpeza das vias e jardins públicos, criação de novos espaços verdes e requalificação dos parques existentes, promovendo a biodiversidade. E, por último, a requalificação profunda do Parque Verde do Bonito, considerando que existe um estudo elaborado para a segunda e terceira fase do desenvolvimento do projeto. -----

----- Em suma, incluímos trinta pontos do Partido Social Democrata e vinte e dois pontos do Partido Socialista no nosso orçamento, mencionando já alguma visão estratégica que será dotada de reforço em fevereiro. Muito obrigado. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número sete da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o empréstimo de curto prazo. Questionando se alguém pretende intervir. -----

----- Atendendo a que não se registaram pedidos, foi colocado o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE: -----

----- O ponto número sete da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número oito da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA, ao abrigo do n.º 3 do art.º 2.º A da Lei n.º 159/2006, de 08 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2019, de 21 de maio. -----

----- Por solicitação do Exmo. Presidente da Câmara, o ponto oito foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto número nove da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA – PROPOSTA DE AUDITOR EXTERNO, ao abrigo do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei das Finanças Locais)

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Tendo sido disponibilizada previamente a respetiva documentação, questiono se alguém pretende intervir sobre esta matéria. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE: -----

----- O ponto número nove da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, nove voto do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número dez da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REVISÃO DAS TAXAS URBANÍSTICAS E NÃO URBANÍSTICAS, ao abrigo do art.º 241.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais, e da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais). -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro, foi solicitada a retirada deste ponto da ordem de trabalhos da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal, prevendo-se o seu reagendamento para a sessão ordinária do mês de fevereiro. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto número onze da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2026, ao abrigo do n.º 3 do art.º 12.º -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: O ponto onze é para apreciação e conhecimento do orçamento participativo 2026. Informar que a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar o relatório final de apuramento da votação, elaborado pela Comissão de Análise Técnica, relativa ao Orçamento Participativo 2026. -----

----- Assim, questiono os Membros desta Assembleia se pretendem intervir sobre a matéria deste ponto. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou vontade de intervir, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a apreciação do ponto número onze. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Rui Bragança, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** para solicitar o registo de uma correção relativamente à votação da ata, esclarecendo que não esteve presente na segunda reunião, pelo que o seu voto não deverá ser considerado, nem o dos membros que tomaram posse posteriormente. Esclareceu ainda que votou favoravelmente a ata número dois, mas solicitou que esse voto não fosse contabilizado, assumindo tratar-se de um lapso da sua parte. -----

----- A correção ficou registada. -----

----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, para efetuar a seguinte **Mensagem de Natal**: -----

«Caros munícipes, -----

Nesta época tão especial, quero deixar uma palavra de esperança e união. -----

O Natal é tempo de partilha, de solidariedade e de reforço dos laços que nos unem enquanto comunidade. -----

Que esta quadra traga paz, saúde e alegria para todas as famílias do nosso concelho. -----

*Em nome da Assembleia Municipal do Entroncamento, desejo a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de prosperidade e realizações. -----
Continuaremos juntos a trabalhar por um futuro melhor para todos. -----
Boas festas.» -----*

----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram 21 horas e 38 minutos. -----
----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----
----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

- O Presidente da Assembleia:

- A 1.^a Secretária:

- A 2.^a Secretária:

Elaborada por
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica